

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

CONVIVÊNCIA ESCOLAR E PANDEMIA DE COVID-19: transformações, tensões e possibilidades (2020–2025)

Luiz Paulo Ribeiro, Rodrigo Miguel Rojas-Andrade, Mariana Santos, Henriqueta Regina Pereira Couto, Yonatan Encina, Samuel Aranguren-Zurita, Emilio J. Barra-Rojas, Gabriel Prosser-Bravo

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13139>

Submetido em: 2025-09-12

Postado em: 2025-09-15 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

CONVIVÊNCIA ESCOLAR E PANDEMIA DE COVID-19: transformações, tensões e possibilidades (2020–2025)

School Coexistence and the COVID-19 Pandemic: Transformations, Tensions, and Possibilities (2020–2025)

Convivencia Escolar y la Pandemia de COVID-19: Transformaciones, Tensiones y Posibilidades (2020–2025)

LUIZ PAULO RIBEIRO¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4278-7871>
<luizribeiro@live.com>

RODRIGO MIGUEL ROJAS ANDRADE²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6459-6902>
<rodrigo.rojas.a@usach.cl>

MARIANA SANTOS³

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6728-8442>
<marianasantos.doc@gmail.com>

HENRIQUETA REGINA PEREIRA COUTO⁴

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9060-2610>
<hprcouth@gmail.com>

YONATAN ENCINA⁵

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1038-678X>
<vencina@utalca.cl>

SAMUEL ARANGUREN ZURITA⁶

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6623-0114>

EMILIO J. BARRA-ROJAS⁷

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-4344-4651>
<emilio.barra@utalca.cl>

GABRIEL PROSSER BRAVO⁸

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1255-5890>
<gabriel.prosser@usach.cl>

¹ Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais (MG), Brasil.

² Escuela de Psicología, Universidad de Santiago de Chile, Santiago de Chile, Chile.

³ Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais (MG), Brasil.

⁴ Centro Universitário FAMINAS, Belo Horizonte, Minas Gerais (MG), Brasil.

⁵ Universidad de Talca, Chile.

⁶ Escuela de Psicología, Universidad de Santiago de Chile, Santiago de Chile, Chile.

⁷ Universidad de Talca, Chile.

⁸ Escuela de Psicología, Universidad de Santiago de Chile, Santiago de Chile, Chile.

RESUMO

A pandemia de COVID-19 escancarou fissuras nas relações escolares e lançou luz sobre a fragilidade das estruturas de cuidado e pertencimento nas instituições educativas. Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar a produção científica sobre convivência escolar entre os anos de 2020 e 2025, com foco nos efeitos da pandemia e do pós-pandemia. Trata-se de uma revisão de escopo, realizada com base nas diretrizes metodológicas de Arksey e O'Malley, complementadas pelo PRISMA-ScR. A busca abrangeu as bases SciELO, Scopus, ERIC e EBSCO, nos idiomas português, espanhol e inglês, resultando na análise de 205 artigos. Os dados foram processados com o auxílio da linguagem Python e triados por critérios temáticos, metodológicos e contextuais. Os resultados indicam que a convivência escolar foi tensionada pela crise sanitária, com aumento da violência simbólica e emocional, desregulação afetiva e dificuldades de readaptação às rotinas escolares. Observa-se predominância de estudos quantitativos e descritivos centrados nos estudantes, com pouca escuta ativa de docentes, gestores e famílias. As experiências mais promissoras revelaram a importância de abordagens não punitivas, estratégias de cuidado coletivo e valorização das múltiplas vozes escolares. A discussão ressalta a convivência como dimensão política e ética da vida escolar, essencial para a promoção da saúde mental, da justiça relacional e da reconstrução dos vínculos educativos em tempos de crise. Conclui-se pela urgência de ampliar políticas situadas e práticas pedagógicas integradoras que superem modelos disciplinadores e respondam à complexidade do presente.

Palavras-chave: convivência escolar, pandemia, revisão de escopo.

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic exposed deep fractures in school relationships and highlighted the fragility of care and belonging structures within educational institutions. In this context, this article aims to analyze the scientific literature on school coexistence produced between 2020 and 2025, focusing on the effects of the pandemic and post-pandemic periods. This is a scoping review based on the methodological framework proposed by Arksey and O'Malley and complemented by the PRISMA-ScR guidelines. The literature search was conducted in SciELO, Scopus, ERIC, and EBSCO databases, covering publications in Portuguese, Spanish, and English, and resulted in the analysis of 205 articles. Data processing was supported by Python and categorized by thematic, methodological, and contextual criteria. The findings reveal that school coexistence was strained by the health crisis, with increased symbolic and emotional violence, affective dysregulation, and difficulties in readapting to school routines. The review highlights a predominance of quantitative and descriptive studies focused on students, with limited inclusion of teachers, administrators, and families. The most promising experiences emphasized non-punitive approaches, collective care strategies, and the inclusion of multiple school voices. The discussion frames school coexistence as a political and ethical dimension of school life, essential for promoting mental health, relational justice, and the rebuilding of educational bonds in times of crisis. The study concludes by emphasizing the urgency of expanding context-sensitive policies and integrative pedagogical practices that move beyond disciplinary models and respond to the complexity of the present.

Keywords: school coexistence, pandemic, scope review.

RESUMEN

La pandemia de COVID-19 dejó al descubierto fisuras profundas en las relaciones escolares y evidenció la fragilidad de las estructuras de cuidado y pertenencia en las instituciones educativas. En este contexto, el presente artículo tiene como objetivo analizar la producción científica sobre convivencia escolar entre los años 2020 y 2025, con énfasis en los efectos de la pandemia y del período pospandémico. Se trata de

una revisión de alcance, realizada conforme al marco metodológico de Arksey y O'Malley, complementado por las directrices PRISMA-ScR. La búsqueda se llevó a cabo en las bases de datos SciELO, Scopus, ERIC y EBSCO, en los idiomas portugués, español e inglés, y resultó en el análisis de 205 artículos. Los datos fueron procesados con apoyo del lenguaje Python y organizados según criterios temáticos, metodológicos y contextuales. Los resultados indican que la convivencia escolar fue tensionada por la crisis sanitaria, con aumento de la violencia simbólica y emocional, desregulación afectiva y dificultades de readaptación a las rutinas escolares. Predominan estudios cuantitativos y descriptivos centrados en los estudiantes, con escasa inclusión de docentes, directivos y familias. Las experiencias más prometedoras resaltan la importancia de enfoques no punitivos, estrategias de cuidado colectivo y la valorización de las múltiples voces escolares. La discusión enfatiza la convivencia como dimensión política y ética de la vida escolar, esencial para promover la salud mental, la justicia relacional y la reconstrucción de los vínculos educativos en tiempos de crisis. Se concluye destacando la urgencia de ampliar políticas contextualizadas y prácticas pedagógicas integradoras que superen modelos disciplinarios y respondan a la complejidad del presente.

Palavras-clave: convivencia escolar, pandemia, revisión de escopo.

INTRODUÇÃO

Na última década, os sistemas escolares da América Latina têm passado por transformações profundas na maneira como as relações escolares são compreendidas e geridas. A convivência deixou de ser uma preocupação secundária, restrita à disciplina, para tornar-se um eixo estratégico das políticas educacionais em diversos países da região (Morales & López, 2019; Fierro-Evans & Carbajal-Padilla, 2019). Esse reposicionamento responde tanto aos crescentes índices de violência escolar quanto ao reconhecimento do papel central da convivência na inclusão, permanência e no bem-estar socioemocional de estudantes e professores. Organismos internacionais como a UNESCO-OREALC têm contribuído ativamente para essa transformação, promovendo guias, estruturas de ação e programas que abordam a convivência a partir de uma perspectiva de direitos, cidadania e cultura escolar democrática (UNESCO, 2024).

No entanto, essa consolidação normativa não se deu sem tensões. Como alertam López et al. (2023), a convivência escolar é um conceito marcado por significativa polissemia. Em diferentes contextos, é associada ora a normas de conduta, ora a práticas institucionais ou afetivas, ou ainda como sinônimo de clima escolar ou cultura organizacional (Ascorra et al., 2018). Essa ambiguidade conceitual tem favorecido abordagens normativas ou punitivas, limitando a formulação de políticas fundamentadas no reconhecimento mútuo, no cuidado e na justiça educacional (Morales & López, 2019). Antes da pandemia, essa ambivalência se traduzia em políticas centradas no controle da conduta, na resolução de conflitos e na prevenção da violência, com pouca integração das dimensões pedagógicas, relacionais ou comunitárias (Carrasco et al., 2019).

A pandemia de COVID-19 representou um ponto de inflexão nesse percurso. Couzin-Frankel, Vogel e Weiland (2020) estimam que cerca de 1,5 bilhão de crianças e adolescentes no mundo fizeram a transição para o ensino remoto após o fechamento das escolas. Essa migração forçada para formatos virtuais ou híbridos interrompeu os laços cotidianos que sustentavam a vida escolar e expôs, ou mesmo agravou, desigualdades estruturais já presentes nos sistemas educacionais latino-americanos (Salas et al., 2020). O cenário pós-pandêmico tem sido marcado pela intensificação dos conflitos escolares, sofrimento psíquico generalizado, esgotamento do corpo docente e fragilização das redes institucionais de cuidado (Fuentes-Parrales et al., 2024).

O caso chileno ilustra de forma contundente essa crise. Após o retorno ao ensino presencial, foram registrados aumentos significativos nos episódios de violência escolar, incluindo agressões físicas, cyberbullying e até casos extremos, como o homicídio de um estudante e um ataque incendiário contra um gestor escolar. Somente no terceiro trimestre de 2024, a Superintendência de Educação registrou mais de 8.800 denúncias de maus-tratos entre pares, atingindo níveis históricos (Superintendência de Educação, 2024). Paralelamente, estudos nacionais indicam que mais de 60% dos estudantes apresentam sintomas de depressão ou ansiedade, e que o burnout afeta mais de 90% dos

professores em algumas regiões (Martínez-Líbano & Yeomans-Cabrera, 2024; Orrego Tapia, 2022). Essa dupla crise o aumento da violência e o agravamento da saúde mental, resultou na percepção de um colapso relacional nas escolas, acentuado pelo esgotamento institucional, pela sobrecarga emocional das comunidades educativas e pela perda de sentido coletivo.

Como resposta, diversas políticas públicas têm buscado reposicionar a convivência como um componente estrutural do cotidiano escolar. No Chile, a atualização da Política Nacional de Convivência Educativa 2024–2030 e a implementação do plano Seamos Comunidad representam tentativas explícitas de reconstrução do tecido relacional das escolas, priorizando intervenções preventivas, formativas e coletivas. Nessa nova narrativa, a convivência deixa de ser compreendida como um simples conjunto de normas comportamentais para se afirmar como uma arquitetura institucional relacional, pedagógica e política que condiciona as formas de habitar a escola e os horizontes possíveis de justiça educacional (Mineduc, 2024).

Essa reconfiguração também foi influenciada por avanços teóricos que vinculam a convivência ao conceito de clima escolar. Autores como Cohen et al. (2009) e Wang e Degol (2016) definem o clima escolar como a percepção compartilhada sobre normas, estruturas e relações que caracterizam o ambiente educacional, oferecendo um construto empírico mais preciso e mensurável. Essa perspectiva foi incorporada à nova política chilena, que define os “modos de convivência” como formas estruturais de relação social compostas por práticas organizacionais, vínculos afetivos e dispositivos institucionais. Assim, propõe-se compreender a convivência para além da normatividade, como um entrelaçamento cultural e afetivo que molda as condições de possibilidade da experiência escolar.

A evidência empírica também sustenta essa abordagem. Diferentes estudos demonstram que climas escolares autoritativos, caracterizados por alta estrutura e alto apoio, estão associados a menores níveis de violência, maior senso de pertencimento e melhor desempenho acadêmico (Gregory & Cornell, 2009; Encina, Berger & Miranda, 2023). Em contraste, climas autoritários ou indiferentes geram exclusão, desmotivação e aumento no risco de evasão escolar. Além disso, o clima institucional tem se mostrado um preditor-chave da saúde mental no contexto educacional, com impactos relevantes na prevalência de sintomas depressivos, dificuldades de regulação emocional e estresse crônico (Franco et al., 2022; Lau et al., 2017). Após a pandemia, estudos como os de López et al. (2022) relatam aumento significativo de incidentes físicos, verbais e digitais entre estudantes, famílias e professores, evidenciando mudanças substanciais nas dinâmicas relacionais escolares.

Do mesmo modo, pesquisas recentes apontam que a convivência escolar não pode ser compreendida apenas sob uma lógica interna. Fatores externos, como o contexto socioeconômico, a violência no entorno e as normas culturais da comunidade, também influenciam diretamente os modos de se relacionar na escola. A partir de uma abordagem ecológica e sistêmica (Bronfenbrenner, 1989; Rudasill et al., 2017), compreende-se a convivência como uma construção situada, atravessada por múltiplos níveis de influência. Rodríguez-Aguilar et al. (2024), por exemplo, insistem na importância de vincular a convivência à garantia de uma educação de qualidade que reconheça as condições materiais, sociais e simbólicas das comunidades escolares.

Apesar da relevância do tema, observa-se uma escassez de revisões sistemáticas que analisem como o campo acadêmico da convivência escolar tem se reconfigurado diante dos efeitos da pandemia e do retorno presencial. Embora existam estudos sobre saúde mental, aprendizagem, clima escolar ou experiências docentes, são poucos os trabalhos que sistematizam criticamente as abordagens, metodologias e achados recentes centrados na convivência como objeto de análise. Revisões como as de Fierro-Evans & Carbajal-Padilla (2019), Andrades-Moya et al. (2020, 2023), Leyton-Leyton (2020) e Silva Chanta et al. (2023) convergem em apontar essa lacuna e reforçam a urgência de fortalecer uma perspectiva situada, crítica e interdisciplinar.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar a produção científica sobre convivência escolar publicada entre os anos de 2020 e 2025, com ênfase nos efeitos da pandemia e do retorno às aulas presenciais. A partir de uma revisão sistemática da literatura em quatro bases de dados internacionais (SciELO, Scopus, ERIC e EBSCO), busca-se identificar tendências temáticas, arcabouços conceituais e metodológicos, contextos educacionais investigados e lacunas emergentes. Com isso, pretende-se contribuir para o fortalecimento de uma perspectiva crítica sobre os modos de

convivência escolar, entendidos como base para o cuidado, o pertencimento e a transformação democrática das escolas.

MÉTODO

Esta pesquisa constitui uma revisão de escopo (*scoping review*) sobre o conceito de convivência escolar, com foco em publicações realizadas entre os anos de 2020 e 2025, considerando o período da pandemia e do pós-pandemia da COVID-19. A escolha desse recorte temporal se justifica pela ausência de revisões anteriores que abordem como a noção de convivência escolar foi mobilizada nesse intervalo de intensas transformações nas relações escolares. Assim, buscou-se analisar como o conceito foi ressignificado ou tensionado nesse novo contexto.

A revisão foi conduzida com base nas diretrizes metodológicas propostas por Arksey e O'Malley (2005), complementadas por Levac et al. (2010) e pelas recomendações do PRISMA-ScR (Tricco et al., 2018), com o objetivo de mapear a produção acadêmica, identificar tendências temáticas, abordagens metodológicas e lacunas de pesquisa.

A busca dos artigos foi realizada em maio de 2025 nas plataformas SciELO, EBSCO, Scopus e ERIC, utilizando os idiomas português, espanhol e inglês como filtros. As expressões de busca foram compostas pelos seguintes termos: "convivencia escolar", "school coexistence" e "inclusive school coexistence". Os resultados obtidos foram exportados em formato *.ris* e processados com o auxílio da linguagem *Python*, utilizando a biblioteca *rispy* para leitura e manipulação dos dados. A triagem dos artigos seguiu as seguintes etapas, combinando procedimentos automatizados e inspeção manual:

1. Exclusão dos artigos fora do período de 2020 a 2025;
2. Eliminação de textos que não tratavam diretamente de convivência escolar;
3. Remoção de revisões sistemáticas e revisões da literatura, para evitar sobreposição metodológica;
4. Classificação e identificação dos artigos com menções diretas à pandemia de COVID-19 no título ou resumo;
5. Identificação do país de realização da pesquisa, com base nas informações do artigo;
6. Classificação temática a partir do objetivo central ou da discussão principal;
7. Classificação metodológica, conforme o tipo de abordagem utilizada;
8. Identificação de quem eram os participantes ou amostra da pesquisa (como estudantes, professores, familiares, gestores e funcionários);
9. Identificação da etapa ou modalidade de ensino em foco, com categorias como educação infantil, ensino fundamental (anos iniciais e finais), ensino médio e ensino superior.

Algumas dessas etapas foram implementadas por meio de funções em Python, enquanto outras exigiram análise manual. Em especial:

- No item 6, foi programada uma função para identificar as cinco palavras mais recorrentes nos resumos, excluindo conectores, preposições e artigos, com o intuito de captar o contexto temático predominante.
- Os itens 7 a 9 envolveram tanto automação quanto intervenção manual, já que parte das informações estava explicitada de forma clara e pôde ser capturada pelo script; em outros casos, a descrição era ambígua ou contextual, exigindo análise do texto completo; alguns artigos não continham tais informações, sendo necessário realizar o recolhimento manual.

A base final da revisão foi composta por 205 estudos, organizados em uma planilha estruturada com campos analíticos, os quais subsidiaram a análise descritiva e interpretativa dos dados, conforme apresentado nas seções seguintes.

RESULTADOS

Evolução temporal e distribuição geográfica da produção

A análise da produção científica revelou um total de 205 estudos publicados entre os anos de 2020 e 2025, com uma distribuição temporal que reflete o impacto direto da pandemia no interesse

acadêmico pelo tema da convivência escolar. O ano de 2021 concentrou o maior número de publicações (n=51), indicando uma resposta relativamente rápida da comunidade científica ao contexto pandêmico. Os anos de 2023 (n=46) e 2024 (n=45) mantiveram um nível alto de produção, enquanto 2020 teve apenas 19 estudos — possivelmente devido ao fechamento abrupto das instituições e à suspensão das pesquisas presenciais no início da pandemia.

O ano de 2025, ainda em curso no momento da coleta dos dados, apresentou apenas 9 estudos, o que pode indicar uma estabilização ou redirecionamento da produção acadêmica para outros temas pós-pandêmicos. Essa curva sugere que o pico de interesse ocorreu entre um e dois anos após a reabertura das escolas, quando os impactos sociais e emocionais da pandemia se tornaram mais evidentes nos espaços escolares.

Geograficamente, a produção está fortemente concentrada em quatro países: Chile (n=75), Colômbia (n=39), Espanha (n=32) e México (n=25). Estes países respondem por aproximadamente 83% de todos os estudos mapeados, revelando uma concentração significativa de esforços investigativos em contextos específicos. É importante destacar que esses países possuem políticas públicas ou marcos legais recentes sobre convivência escolar, o que pode explicar o maior volume de produção.

Por outro lado, há uma visível sub-representação de países da América Central e Caribe, como Panamá, Cuba, República Dominicana e Venezuela, com apenas um estudo cada. O Brasil, apesar de sua tradição acadêmica consolidada, aparece com apenas cinco estudos, número significativamente inferior ao esperado, dada a sua dimensão e complexidade educacional. Outros países com presença marginal na amostra incluem Uruguai (Gelpi, 2021) e Estados Unidos (Ingram, 2023), 1 estudo cada, o que aponta para a invisibilidade de contextos diversos na literatura recente sobre o tema. Há a possibilidade também que nos países em que há pouca produção sobre o tema, que a convivência escolar seja nomeada e/ou enfatizada de outra forma, chamada, por exemplo, de clima escolar, violência escolar etc.

Metodologias utilizadas e desenho dos estudos

Do ponto de vista metodológico, a produção analisada é majoritariamente composta por estudos quantitativos e descritivos (23 artigos). A técnica mais comum é a aplicação de questionários padronizados (38), muitas vezes com escalas sobre clima escolar, percepção da violência ou frequência de comportamentos de risco. Em seguida aparecem os estudos de percepção (18 artigos) e as entrevistas qualitativas (10 artigos), mas com menor possibilidade de generalização dos dados.

Chama atenção a baixa ocorrência de triangulação metodológica. A maioria dos estudos coleta dados de apenas um grupo (geralmente estudantes), sem combinar perspectivas de docentes, equipes gestoras, famílias ou análise documental. Tal característica reduz a densidade interpretativa dos achados e restringe a compreensão da convivência escolar como fenômeno coletivo, situado e multidimensional.

Raros são os estudos que utilizam metodologias participativas, como oficinas, rodas de conversa, foto/voz ou narrativas escolares (Ascorra et al., 2020; Cedeño Navarro, 2020; Reyes Jaimes & Velázquez Reyes, 2022, Acebedo Roncancio et al., 2025). Tampouco foram identificados trabalhos com desenho longitudinal ou estudos de caso aprofundados. Esse cenário aponta para uma fragilidade metodológica recorrente, com excessiva dependência de instrumentos autoaplicáveis e pouca inserção contextualizada nas realidades escolares, principalmente no cenário pandêmico que não possibilitava o contato direto com os participantes dos estudos.

Além disso, há uma profusão de descritores metodológicos inconsistentes. Foram identificadas mais de 80 formas diferentes de nomear a metodologia nos artigos, o que dificulta a categorização e revela certa imprecisão teórico-metodológica nos relatos científicos. A ausência de padronização compromete, por vezes, a reprodutibilidade e a comparação entre estudos. Mas, por outro lado, devido a polifonia do conceito de convivência escolar também há indícios que existam formas múltiplas de estudá-lo, assim como as variáveis correlacionadas.

Por fim, é importante observar que os critérios de análise da convivência escolar variam significativamente entre os estudos. Em muitos casos, convivência é tratada como sinônimo de disciplina, clima ou violência, sem que haja uma discussão conceitual clara. Isso limita o escopo analítico e evidencia a necessidade de construção de marcos teóricos mais sólidos e compartilhados no campo.

Participantes e etapas de ensino investigadas

A maior parte dos estudos tem como foco principal os estudantes, especialmente do ensino fundamental e médio. Os professores aparecem em 22 estudos, e os gestores escolares em apenas 11. Apenas 5 estudos abordaram pais ou responsáveis, e outros 11 contemplaram múltiplos sujeitos em simultâneo. Essa distribuição revela uma centralidade da figura do estudante, mas com pouca consideração das múltiplas vozes que compõem a comunidade escolar.

Essa tendência compromete o entendimento da convivência como um fenômeno relacional e institucional, pois silencia perspectivas importantes como a da gestão escolar, das famílias e dos profissionais da saúde e assistência social que atuam nos territórios escolares. Em especial, destaca-se a ausência total de psicólogos escolares, assistentes sociais e articuladores intersetoriais como participantes das pesquisas (Pedreros-Carrasco & Aracena-Álvarez, 2021), mesmo que já sejam comuns políticas e programas de inclusão destes profissionais nos ambientes escolares como uma das formas de cumprir a ODS 4.

Em relação às etapas de ensino, a maioria dos estudos se refere genericamente à educação básica (n=85), enquanto outros especificam o ensino fundamental (43), o ensino médio (39) e o ensino superior (7). A educação infantil, apesar de sua importância formativa, aparece em apenas 3 estudos (Gómez Hernández et al., 2022; Salas-Romano & Alcaide-Risoto, 2022; Caicedo Vega, Sornoza Vera & Zumbado Fernandez, 2024), e o mesmo ocorre com escolas rurais, religiosas ou de privação de liberdade, que foram praticamente invisibilizadas.

Há também uma ausência marcante de estudos em contextos de vulnerabilidade territorial, como favelas, periferias urbanas, escolas indígenas ou quilombolas. Isso limita a compreensão da convivência escolar como fenômeno atravessado por desigualdades históricas, raciais e socioeconômicas, que ganham relevo especial no contexto pandêmico e pós-pandêmico.

Em síntese, os estudos analisados ainda operam com um recorte populacional e institucional restrito, concentrando-se em estudantes de escolas públicas urbanas, sem incorporar a diversidade de arranjos escolares existentes na América Latina, por exemplo.

A convivência escolar nos cenários pandêmico e pós-pandêmico

A pandemia de COVID-19 deflagrou uma crise global sem precedentes, cujos efeitos extrapolaram os âmbitos da saúde e da economia, alcançando profundamente o campo educacional. A suspensão das aulas presenciais, a adoção emergencial do ensino remoto e a desorganização das rotinas escolares impuseram uma reconfiguração forçada do cotidiano escolar, alterando profundamente os modos de conviver, aprender e cuidar. No centro dessas transformações esteve a convivência escolar, que, muitas vezes invisibilizada nas práticas institucionais, foi colocada à prova diante de novos formatos de interação, distanciamentos físicos e incertezas emocionais. Nesta parte da pesquisa foram separados 13 artigos que se propuseram especificamente a analisar ou propor questões relacionadas à pandemia e à convivência escolar (tabela 01). Por questões de organização temporal, tem-se em pauta que os anos pandêmicos são aqueles em que houve restrição social e aulas no modelo remoto/híbrido (2020, 2021 e 2022) e os anos pós-pandêmicos são aqueles em que já houve a retomada total da presencialidade nas escolas após os ciclos vacinais completos (2023, 2024 e 2025).

Tabela 01: Artigos da revisão sistemática que analisaram a relação entre a convivência escolar e a pandemia/pós-pandemia.

Título	Citação	País	Sujeitos	Conceito de CE	Variáveis analisadas	Métodos	Achados
Recreo en casa. Aprender a convivir a través del juego	(Acevedo, et al., 2021)	Chile	200 acompanhantes educativos	Espaços de convivência como lugares de desenvolvimento socioemocional dos estudantes	Desenvolvimento Socio-emocional através de jogos	Oficinas de jogos (talleres)	Programa de jogo promoveu desenvolvimento socioemocional e fortaleceu vínculos familiares e escolares durante o ensino remoto.

La convivencia en el contexto de pandemia: experiencias de docentes de secundaria	(Gómez-Gloria & Caso-López, 2021)	México	16 Profesores da secundária	"un proceso para aprender a vivir juntos, el cual contribuye a la creación de entornos escolares propicios para el aprendizaje, la formación de ciudadanos de base en el respeto, la tolerancia y la igualdad y con la capacidad para solucionar conflictos"(p.5)	Experiências e conceituações de CE, mudanças nas práticas docentes	Grupos focais	Docentes adaptaram estratégias didáticas e comunicativas para fortalecer vínculos entre professor, aluno e família, ressaltando empatia e solidariedade.
Convivencia escolar antes y durante la pandemia. Análisis de la experiencia escolar y las prácticas de participación desde las voces del estudiantado	(Litichever & Fridman, 2021)	Argentina	626 adolescentes, de 15 a 18 años, estudiantes da secundária	"las interacciones cotidianas y los aspectos que pretenden definir el conjunto de reglas y pautas que se establecen en las escuelas" (p. 4)	Participação e cumprimento de normas	Questionário virtual, entrevistas e grupos focais	Estudantes relataram fortalecimento de vínculos virtuais, mas também conflitos relacionados a sobrecarga acadêmica. Mudanças na forma de conduzir normas antes e depois da pandemia.
Niveles de progresión de gestión de la convivencia escolar a nivel intermedio en Chile	(Ascorra, Cárdenas & Torres-Vallejos, 2021)	Chile	519 Sostenedores (gestor escolar)	Seguem as definições da Política Nacional de Convivência Escolar 2015/2018 ¹	Gestão	Escala de gestión de la convivencia escolar	Existem níveis de gestão que variam conforme dependência, número de escolas e conhecimento do território
La convivencia escolar post COVID 19: una propuesta didáctica desde el coaching educativo	(Serey & Zúñiga, 2021)	Chile	Equipe de convivencia escolar (docentes e gestores)	"formas de interacción de los diferentes estamentos que conforman una comunidad educativa"(p.145)	Estudo teórico	Ferramentas de coaching	Proposta de coaching educativo para prevenir conflictos e preparar equipe para lidar com desafios pós-quarentena.
Mental health and school life in Durango Parents' perspective	(Lara-Esqueda et al., 2021)	México	1185 Pais de alunos da educação primária e secundária	"development of social and emotional skills in order to provide them with the necessary resources to face the challenges of daily life" (p.20)	Saúde Mental	Questionários: GAD7, PHQ9 y Burnout de Shirom-Melamed Burnout,	Programa Nacional de Convivência Escolar associado a efeitos positivos na saúde mental parental durante confinamento.
El cuidado en las voces del profesorado: Significados y	(Vallejos Silva & Cortés	Chile	14 Profesores de escolas	"Una ética colectiva del cuidado" (p.52)	Práticas de cuidado	Entrevista semi-estruturada	A pandemia fez com que docentes desenvolvessem excepcionalmente práticas de cuidado

¹ "un fenómeno social cotidiano, dinámico y complejo, que se expresa y construye en y desde la interacción que se vive entre distintos actores de la comunidad educativa, que comparten un espacio social que va creando y recreando la cultura escolar propia de ese establecimiento" (MINEDUC, 2015, p. 25 apud Ascorra, Cárdenas e Torres-Vallejos, 2021, p.231)

práticas durante la pandemia de COVID-19	Rojas, 2023)		públicas primárias e secundárias				
Validation of an Abbreviated Scale of the CENVI Questionnaire to Evaluate the Perception of School Violence and Coexistence Management of Chilean Students: Differences between Pandemic and Post-Pandemic	(Muñoz-Troncoso et al., 2023)	Chile	848 estudantes no período pandêmico e 1022 no pós-pandêmico	conjunto de relações que se estabelecem no cotidiano da escola	Validação de instrumento	Abbreviated Scale of the CENVI	Escala validada mostrou maiores percepções de violência física e exclusão social pós-pandemia; gestão de convivência sem efeito sobre violência.
Bullying and School Coexistence in the Return to Class of Primary School Students after the COVID-19 Pandemic	(Ocupa-Cabrera et al., 2023)	Peru	120 Alunos do 6º ano do ensino fundamental	"coexistence at school requires values that help students to overcome difficulties and restore harmony, which enrich the learning received in the classroom"(p.150)	Bullying e CE	<i>The school bullying questionnaire</i> e the <i>school coexistence questionnaire</i>	Níveis de <i>bullying</i> correlacionados negativamente com convivência escolar
Tiempo en pantalla, tiempo sedentario y clima escolar en tiempo de pandemia en estudiantes entre 11 y 14 años de la región de Valparaíso, Chile	(Yáñez-Sepúlveda et al., 2024)	Chile	179 Estudiantes de 11 a 14 años	"múltiples formas de interacción entre los miembros de un cuerpo escolar"(p.368)	Atividade física, tempo de tela, tempo livre e clima escolar	Escala de Clima Social del Aula The Youth Activity Profile (YAP-SL) (on-line)	Há relação negativa entre tempo de tela/sedentarismo com o clima escolar. Sugere-se atividades físicas.
School environments and educational performance: Challenges and opportunities in Secondary Education	(Rodríguez-Aguilar et al., 2024)	México	150 Estudiantes do ensino médio de duas escolas	"the construction of relationships based on respect and solidarity, which are essential for an educational community without violence." (p.2)	100 variáveis de CE, Integração, desempenho e características sócio demográficas.	Instrumento elaborado Adhoc com 100 variáveis	A variável tolerância está relacionada a uma boa convivência escolar e bom desempenho escolar
Feasibility, acceptability, and appropriability of a national	(Rojas-Andrade et al., 2024)	Chile	1.561 membros das instituições	fenômeno multidimensional, complexo e coletivo, que deve ser abordado a	Viabilidade, aceitabilidade e apropriação	Escalas Acceptability of Intervention	Os resultados revelaram altos níveis de aderência, sustentados pela aderência ao programa e pela receptividade dos

whole-school program for reducing school violence and improving school coexistence		ões de ensino	partir de uma perspectiva positiva, preventiva e sistêmica.	(implementação)	Measure (AIM), Intervention Appropriation Measure (IAM) e Feasibility of Intervention Measure (FIM),	participantes, fatores essenciais para o sucesso da implementação.	
Desafíos y roles emergentes del personal docente de escuelas amazónicas en la fase post pandemia	(Egúsq uiza Loayza, Pallen Quispe & Tíneo Quispe, 2025)	Per u	12 docentes de escuelas rurales amazónicas	"convivencia escolar inclusiva, equitativa, segura y saludable para la formación ciudadana ética e intercultural." (p.288)	Desafíos e papéis docentes	Entrevistas semi-estruturadas	Há desafios constantes sobre o papel do/da docente na participação e CE no cenário pós-pandêmico

Fonte: dados da pesquisa.

Sobre o cenário pandêmico, inicia-se com o artigo de Serey e Zúñiga (2020) apresentam uma proposta didática teórica de uso de ferramentas de coaching para o enfrentamento dos problemas de convivência escolar pós Covid-19. É apresentado um programa de passos e conceitos do coaching aplicáveis ao contexto escolar pós-pandêmico com vistas à ganhos na convivência escolar. O plano de ação envolve desde a detecção de problemas à participação em todos os processos. Como o texto foi publicado no período pandêmico entende-se que naquele momento propostas como estas eram bem vistas e não tinham resultados ainda para mostrarem sua efetividade ou aplicação.

Litichever & Fridman (2021) analisaram as mudanças na convivência escolar de adolescentes antes e depois da pandemia. No texto, as autoras ressaltam que na Argentina há uma legislação específica desde 1999 que diz da obrigatoriedade de cuidados e estratégias para a convivência escolar, focalizando as ações democráticas (regras e seguimento das legislações por todos) e a facilitação de um trabalho harmônico. Entretanto, as autoras apontam que um sistema de convivência baseado nas normas pode não ser eficiente uma vez que dos estudantes pesquisados grande parte desconhecia as normas e 81% diz que deveriam participar da construção das normas de sua escola, entretanto não se sentem incluídos ou participantes disso, o que diminui a adesão e a efetividade das normas impostas. De forma geral, antes da pandemia, avaliando a Convivência Escolar, apesar das normativas fazerem propostas democráticas e abordagens pedagógicas em situações conflitantes, o que os alunos e alunas notam é em muitas ocasiões, os jovens encontram as sanções de forma arbitrária, injustas e discricionárias. Isso se modificou com a pandemia, as regras passaram a ser outras, mas com o componente da virtualidade, ou seja, as normas perderam a materialidade (estar conectado, participar das reuniões, câmera aberta, entregar os trabalhos nos prazos). Por fim, com a pandemia e a virtualidade das relações, os estudantes notam que houve aumento do vínculo entre eles (solidariedade) e aumento da sobrecarga acadêmica.

Gómez-Gloria e Caso-López (2021) analisaram as experiências de docentes com a convivência escolar no período da pandemia, no México. As autoras retomam as dificuldades enfrentadas pelos e pelas docentes no início da pandemia para manter a oferta escolar e a aprendizagem frente às vulnerabilidades já existentes, mas relevadas pela situação pandêmica. Isso, de certa forma, forçou os e as docentes a modificar e/ou adaptar suas práticas pedagógicas, em contado com as famílias dos e das estudantes. Focado nas mudanças dos docentes pró-convivência, os achados apontam que (a) quanto mais o professor tinha conhecimento sobre as condições da família, mais ele mobilizava mudanças na sua prática, incluindo mais os familiares; (b) as novas formas de interação, mediadas pela virtualidade,

tem feito que as famílias participem mais, com uma comunicação mais aberta; (c) o uso de redes sociais fez com que as atividades lúdicas ficassem mais atrativas e maior compromisso acadêmico; (d) havia uma insegurança para com o futuro, sobre as vulnerabilidades que os alunos chegariam após tantas perdas e restrições sociais, principalmente no que diz respeito a facilitação de relações saudáveis entre estudantes. Por fim, apontam que a pandemia implicou uma reconfiguração espaço-temporal em relação a convivência, na qual os e as docentes ficaram mais próximas das realidades e famílias dos estudantes.

Ascorra, Cárdenas e Javier Torres-Vallejos (2021) se debruçaram sobre os modos de gestão da convivência escolar por modelo de subvenção no Chile. Eles afirmam questões importantes sobre a convivência escolar no Chile, como se pode notar em: "la gestión de la convivencia escolar ocupa el último lugar de prioridades en los municipios, y que existe una estructura jerárquica verticalista que baja directamente desde el Ministerio de Educación (MINEDUC) a los establecimientos, sin considerar la participación de sostenedores, ni la interacción de éstos con sus comunidades escolares." (p. 228). Assim, eles avaliaram quantitativamente a gestão feita por estes "sostenedores" (gestores escolares) em quatro quesitos: (a) planejamento estratégico; (b) planejamento baseado em evidências; (c) gestão de recursos financeiros e (d) gestão de recursos humanos. Os resultados apontam que existem três níveis de gestão da Convivência Escolar por sostenedores: um nível intuitivo (com escassas ações), um nível incipiente (com ações sem foco) e um nível de gestão institucionalizada (com maior conhecimento do território e do alcance das ações, são também os que mais apresentam ter formação sobre CE). Assim, o resultado aponta que a figura do gestor (sustenedor) e suas características podem ser obstaculizadores ou potencializadores das ações em CE. Cabe ressaltar que por ser um texto de 2021 ainda traz elementos que podem ser de antes da pandemia.

Lara-Esqueda et al., (2021) fazem a apresentação de uma pesquisa realizada entre 2020-2021 sobre os efeitos para a saúde mental de pais e mães de alunos da educação básica mexicana a partir das intervenções e propostas do Programa Nacional de Convivência Escolar do México. Cabe ressaltar que este programa nacional é fruto de sequenciais investimentos do governo mexicano para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, o manejo das emoções de forma respeitosa e a resolução de conflitos voltados para toda a comunidade escolar. Os autores reafirmam o papel da família para a melhoria da convivência escolar, como um importante lugar de intervenção, cuidado e parceria com a escola. Os resultados apontam que 50% dos pais e mães se sentiam desconfortáveis por, nestes anos de pandemia, se irritarem facilmente, não conseguirem ficar parados e ficarem preocupados com mais de uma coisa ao mesmo tempo. Diante dos resultados foram apresentadas estratégias às famílias para superação de quadros ansiosos e depressivos causados pelo isolamento social e que poderiam gerar impacto na convivência durante o tempo de ensino remoto.

O artigo de Acevedo, et al. (2021) sistematiza e analisa uma experiência chilena de desenvolvimento socioemocional através de jogos durante a pandemia de Covid-19, momento em que, com escolas fechadas se acabaram os espaços de recreação escolar. Assim nasceu o programa "recreo en casa" para acompanhantes educativos. Os autores fazem duas ressalvas (a) entende-se que é no espaço-tempo do recreio escolar que acontecem os principais casos de violência escolar e (b) que por essa e outras razões, as intervenções com jogos durante o recreio tem uma potencialidade de fazer melhorias na convivência escolar. Nas oficinas com os acompanhantes escolares foram evidenciadas as seguintes práticas: (a) recreios on-line; (b) jogos e atividades lúdicas síncronas e (c) vídeos para convidar a jogar. Os autores indicam que a formação de 200 acompanhantes escolares impactou cerca de 3.660 estudantes crianças e adolescentes. Para além dos resultados de desenvolvimento socioemocional, entende-se que as oficinas também alcançaram serem estratégias de cuidado e de fortalecimento das equipes escolares.

Já sobre o período pós-pandêmico indica-se o artigo de Ocupa-Cabrera et al. (2023) que apresenta as relações entre bullying e convivência escolar depois da pandemia de Covid-19. A discussão inicial perpassa elementos centrais dos estudos sobre o bullying, suas características e como afeta aos escolares, assim como, apontam o despreparo de professores para lidar com o bullying no espaço escolar. Nos resultados da pesquisa, ficou evidenciado que quanto maior o *bullying*, menor a qualidade da convivência no ambiente escolar. Diante dos dados as autoras ressaltam a importância de identificar e desnaturalizar as condutas de bullying, assim como deve-se melhorar a convivência entre os estudantes por meio da implementação de projetos educacionais anti-*bullying*, com práticas de convivência democrática, numa situação pós-pandêmica.

Muñoz-Troncoso et al. (2023) apresentam a validação da *Escala Abreviada de Percepção of School Violence and Coexistence Management*, fazem isso comparando o cenário pandêmico (2020, 2021 e 2022) e pós-pandêmico (2023). Para os autores a convivência escolar tem sido tradicionalmente medida a partir de múltiplas dimensões e variáveis associadas, como cidadania, clima, violência, bullying, resolução de conflitos, participação democrática e bem-estar, entre outras. O que demonstrar que é possível medir e intervir de forma eficaz em ambientes escolares por meio da aplicação de questionários validados que avaliem a percepção de estudantes, professores e outros membros da comunidade educativa, isso para identificar problemas, monitorar intervenções e políticas em contextos escolares específicos. Neste ponto os autores se preocupam com a validação destes instrumentos de medida, no âmbito psicométrico e propõe o texto para avaliar a referida escala. A escala em questão prevê a avaliação de três elementos: (i) violência percebida, (ii) gestão da convivência e (iii) apego escolar. Na avaliação dos autores, seguindo os parâmetros de testagem, a escala se mostrou eficiente e útil para contextos escolares com limitações de tempo e recursos, identificando eficiência na demonstração dos resultados durante e depois da pandemia, nos quais os alunos percebem menor índice de violência - devido a não presencialidade – e uma maior gestão da convivência escolar.

Vallejos-Silva e Cortés-Rojas (2023) estudaram as práticas de cuidado implantadas por professores chilenos durante a pandemia frente as políticas nacionais de Convivência Escolar. O texto aponta que no cenário da Covid-19 ficou deflagrado o papel da escola e dos docentes na manutenção de relações de cuidado como um valor social para superação de um modelo neoliberal. Cabe ressaltar que estas práticas de cuidado (ética do cuidado), voltadas para lógica pedagógica do trabalho docente estão, segundo os autores, vinculadas à melhoria da convivência escolar. Neste percurso os autores apontam que as condições impostas pela pandemia de ensino remoto fizeram com que os docentes se aproximassem dos alunos, mesmo com a virtualidade, isso fez com que se deflagrasse o quanto a escola desconhecia as situações que os alunos e suas famílias estavam e assinalam criticamente como num regime presencial de aprendizagem a proximidade e o conhecer os alunos está vinculado a casos excepcionais ou de os alunos estarem mal. Por outro lado, no momento pandêmico, os conteúdos de aprendizagem e as avaliações tiveram primazia sobre as questões de convivência, por vezes individualizando e trabalhando numa perspectiva meritocrática do próprio esforço. E, complementam que, mesmo quando focalizada a aprendizagem socioemocional esta tem como foco os ganhos acadêmicos, não sociais e/ou para o cuidado ético, ou seja, utilitaristas.

O artigo de Rojas-Andrade et al. (2024) analisa a viabilidade, aceitabilidade e apropriação de um programa nacional de abordagem escolar integral para redução da violência escolar e melhoria da convivência em escolas chilenas. Embora seja um desafio a constituição de programas a nível nacional com base no *Whole School Approach (WSA)*, que tenham efetivamente resultados, o estudo demonstrou que o programa "a convivir se aprende", que se estrutura a partir do serviço de apoio técnico de universidades, tem dados bons resultados no que se refere à implementação em relação à viabilidade, aceitabilidade e apropriação, trazendo resultados significativos para a convivência escolar. O estudo aponta ainda que uma alta apropriação, sustentados pela aderência ao programa e pela receptividade dos participantes são fatores essenciais para o sucesso da implementação de um programa de intervenção.

Rodríguez-Aguilar et al (2024) avaliaram os entornos escolares e o desempenho educativo, tendo como foco como o baixo desempenho está relacionado a convivência escolar. A partir de um instrumento avaliaram 100 variáveis sobre convivência escolar, integração escolar, desempenho escolar e características sociodemográficas. Os resultados indicaram que a escola "A" apresentou maiores índices de conflitos interpessoais, percepções de insegurança e baixa integração entre os estudantes. Além disso, observou-se menor participação em atividades extracurriculares e maior incidência de atraso escolar. A escola "B" demonstrou um clima escolar mais positivo, com relações interpessoais mais saudáveis, melhor percepção de segurança, maior senso de pertencimento institucional e melhores níveis de rendimento acadêmico autorrelatado pelos estudantes. Na análise comparativa a variável tolerância apresentou uma associação positiva com a capacidade de adaptação; o grau de integração social; o uso de ferramentas emocionais (como empatia e autorregulação); o sentimento de pertencimento à instituição e a habilidade para o trabalho em equipe. Essas correlações indicam que, em contextos em que há maior tolerância e respeito mútuo, os estudantes tendem a desenvolver melhores competências socioemocionais e se engajar mais ativamente em seu processo educativo.

O artigo de Yáñez-Sepúlveda et al. (2024) correlaciona o tempo de tela (computador, televisão, videogame e celular) e as condutas sedentárias. Os autores apontam que o recomendado pelas agências de saúde internacional seria para crianças e adolescentes pelo menos 60 minutos de atividades físicas, entretanto isso pode não ter sido observado durante a pandemia. Cabe resgatar que os autores apontam que há evidências que durante e depois da pandemia houve um aumento significativo de tempo de tela para crianças e adolescentes, sendo que se a referência era de 162 minutos por dia, aumentaram mais 84 min/dia para crianças e 110 min/dia para adolescentes. Discutem que para além da relação posta, o comportamento sedentário pode estar relacionado a outros problemas psicológicos e fisiológicos em escolares e que a atividade física pode ser fator protetivo nestes casos, principalmente para melhorar o clima escolar.

Por fim, os desafios enfrentados pelos docentes de escolas rurais da Amazônia no pós-pandemia foram amplamente discutidos por Egúsquiza Loayza, Quispe Ochoa & Tineo Quispe (2025). Os autores discutem no artigo as dificuldades persistentes para a manutenção da qualidade e do alcance das escolas nos contextos rurais latino-americanos, lugares em que já se identificou mais vulnerabilidades sociais e educativas. O foco do estudo não foi a convivência escolar, mas ela aparece como um dos desafios para uma educação cidadã necessária dentro da educação intercultural. Isso envolve, por exemplo, estratégias para a participação dos pais e mães na educação dos filhos e filhas, dos docentes reforçarem a cultura do cuidado e de boas práticas contra a violência e o *bullying*. A discussão passa para os papéis docentes em relação ao contexto pós-pandêmico em que há uma alta demanda pela virtualidade e TICs na educação.

DISCUSSÃO

A pandemia de COVID-19 provocou profundas disrupções na organização da vida escolar, alterando não apenas rotinas pedagógicas, mas também os modos de se relacionar, cuidar e conviver nos espaços educativos. As medidas de distanciamento social, o fechamento prolongado das escolas e o posterior retorno presencial em contextos de incerteza e fragilidade emocional impactaram diretamente o cotidiano escolar. Como revelam os estudos analisados, esse cenário gerou desafios inéditos para a promoção da convivência educativa, especialmente em relação à saúde mental, ao clima institucional e às dinâmicas intersubjetivas que sustentam a vida escolar.

Os artigos que compõem esta revisão indicam que, durante o período pandêmico, a convivência escolar sofreu uma transformação significativa. Em contextos de ensino remoto ou híbrido, a ausência física impôs barreiras à construção de vínculos e ao cuidado mútuo. A substituição das interações espontâneas por comunicações funcionais e esporádicas, o que comprometeu o desenvolvimento de um clima escolar positivo e o desempenho de estudantes. Além disso, observou-se o enfraquecimento de espaços informais, como os recreios ou atividades extracurriculares, que costumavam funcionar como mediadores das relações interpessoais (Acevedo, et al., 2021).

Com o retorno à presencialidade, os desafios não se dissiparam — pelo contrário, muitos se intensificaram. As escolas passaram a enfrentar episódios mais frequentes de violência física e simbólica, aumento dos níveis de ansiedade e desregulação emocional entre estudantes e docentes, bem como dificuldades de readaptação às normas e à rotina escolar (Muñoz-Troncoso et al., 2023; Rodríguez-Aguilar et al., 2024). Esses elementos reafirmam a convivência como dimensão estrutural e não acessória do processo educativo, exigindo ações sistemáticas e preventivas que superem respostas meramente disciplinares.

Apesar desse diagnóstico preocupante, alguns estudos também evidenciam experiências institucionais resilientes, que buscaram reconfigurar a convivência escolar a partir de estratégias participativas e de cuidado coletivo. Essas práticas incluem metodologias cooperativas e programas de gestão democrática. Embora ainda pouco disseminadas, tais iniciativas indicam caminhos possíveis para consolidar uma cultura escolar que valorize o bem-estar, o vínculo e a corresponsabilidade.

Um dos aspectos mais relevantes que emergem das análises é a importância de se reconhecer a convivência não apenas como ausência de conflito, mas como construção ativa de relações justas, inclusivas e emocionalmente seguras. A partir da teoria do clima escolar autoritativo, há uma sugestão de que escolas com normas claras e apoio relacional consistente são mais eficazes na contenção

dos efeitos adversos da pandemia (Encina, Berger & Miranda, 2023). Isso reforça a necessidade de compreender a convivência como arquitetura institucional e relacional, e não como um conjunto de normas punitivas ou dispositivos corretivos.

Outro ponto discutido é a centralidade da saúde mental como fator indissociável da convivência escolar. A literatura analisada aponta que escolas que implementaram ações sistemáticas de cuidado emocional, mesmo que de forma incipiente, conseguiram mitigar parte dos impactos do isolamento e da insegurança vividos durante e após a pandemia (Ocupa-Cabrera et al., 2023; Vallejos-Silva e Cortés-Rojas, 2023). Nesses contextos, a promoção do bem-estar foi integrada à rotina pedagógica e institucional, e não delegada exclusivamente aos profissionais da saúde.

É importante também reconhecer que o impacto da pandemia na convivência escolar foi mediado por fatores territoriais, sociais e culturais. Escolas em regiões rurais ou indígenas, como no caso das comunidades amazônicas estudadas por Egúsquiza Loayza, Quispe Ochoa & Tineo Quispe (2025), enfrentaram desafios específicos relacionados ao acesso digital, à permanência dos docentes e à construção de um retorno que respeitasse saberes locais. Esses dados apontam para a necessidade de políticas públicas situadas, sensíveis ao contexto e às desigualdades históricas que atravessam a educação.

Por fim, os resultados discutidos reforçam a urgência de repensar a convivência escolar em um horizonte pós-pandêmico, reconhecendo-a como dimensão política, ética e pedagógica da vida escolar. A experiência pandêmica mostrou que escolas são espaços de cuidado e produção de laços, e que o sucesso educativo depende diretamente da qualidade dessas relações. Nesse sentido, investir em uma cultura de convivência que valorize a escuta, a corresponsabilidade e o reconhecimento mútuo é também investir na reconstrução do projeto educativo democrático, equitativo e transformador que nossas sociedades tanto necessitam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão de escopo permitiu compreender como o conceito de convivência escolar foi abordado e ressignificado no contexto da pandemia e do pós-pandemia da COVID-19. O recorte temporal de 2020 a 2025 revelou uma preocupação na produção científica interessada em compreender os impactos emocionais, relacionais e institucionais provocados pela crise sanitária global nos espaços escolares. A convivência, muitas vezes tratada de maneira acessória nos projetos pedagógicos, assumiu um papel especial diante das rupturas que a pandemia evidenciou nas relações escolares e nas estruturas de cuidado e pertencimento.

Os estudos analisados mostram que o distanciamento físico, a virtualização das interações e a sobrecarga emocional dos diferentes atores escolares contribuíram para uma fragilização do tecido relacional das escolas. O retorno à presencialidade, por sua vez, não significou uma restauração automática da convivência, mas trouxe à tona tensões acumuladas, novas formas de sofrimento psíquico e manifestações de violência simbólica e física. Nesse cenário, torna-se evidente que a convivência escolar precisa ser pensada como um projeto institucional de longo prazo, sustentado por políticas públicas, práticas formativas e estruturas organizacionais democráticas.

Apesar da contribuição dos estudos selecionados, identificamos lacunas que podem limitar a compreensão abrangente do fenômeno. Há uma predominância de investigações em contextos urbanos, especialmente em países da América do Sul, com escassa produção voltada às realidades de comunidades rurais, indígenas ou quilombolas. Ademais, são poucos os estudos que trazem recortes interseccionais, como gênero, deficiência ou sexualidade, restringindo a análise das múltiplas formas de exclusão e silenciamento que atravessam as experiências de convivência.

Também se observa um número limitado de pesquisas com abordagens qualitativas aprofundadas ou metodologias participativas. A maioria dos estudos segue formatos quantitativos, com análises de percepção sobre o clima escolar, mas poucos buscam compreender os significados atribuídos à convivência pelos próprios sujeitos envolvidos: estudantes, docentes, gestores e famílias. Essa ausência de escuta ativa limita o entendimento da convivência enquanto prática social situada e historicamente construída, e compromete a construção de intervenções contextualizadas e transformadoras.

A pandemia, ao mesmo tempo em que intensificou desafios, também criou janelas de oportunidade para a inovação pedagógica e relacional. Algumas escolas e redes de ensino mobilizaram estratégias promotoras de saúde mental, cuidado coletivo, escuta ativa e participação estudantil como

formas de reconstruir a convivência. Tais experiências, ainda que pontuais, apontam para a possibilidade de transformar os modos de habitar a escola, substituindo lógicas disciplinares e individualizantes por formas colaborativas, justas e afetivas de relação.

Contudo, os dados também evidenciam lacunas importantes. Persistem abordagens que reduzem a convivência à gestão de conflitos ou à manutenção da ordem, sem considerar sua dimensão ética, política e formativa. A carência de investigações com recortes interseccionais, análises territoriais profundas e estudos longitudinalmente acompanhados limita a compreensão dos modos de convivência e sua transformação no tempo. Além disso, é urgente ampliar a produção científica em contextos rurais, indígenas e populares, onde a convivência se articula a outras formas de justiça social e cultural. Há carência de estudos longitudinais que permitam observar a reconstrução da convivência escolar ao longo do tempo e seus efeitos no clima escolar e no rendimento acadêmico.

Cabe ressaltar em especial que, dos 13 artigos avaliados em profundidade, nota-se que nos anos pandêmicos (2020, 2021 e 2022, período de ensino remoto e híbrido) houve um foco em propor alternativas para a manutenção de atividades pró-convivência escolar e no pós-pandemia (2023, 2024 e 2025, período de retorno ao presencial) surgiram pesquisas para avaliar os impactos da pandemia na convivência escolar, avaliando o uso de TICs e outras variáveis e elementos que foram frutos da pandemia, como, por exemplo o uso exacerbado de telas.

Diante disso, reafirmamos que investir na convivência escolar é investir na reconstrução da escola como espaço de dignidade, pertencimento e bem viver. A experiência pandêmica nos ensinou que vínculos protetores, relações respeitadas e climas escolares democráticos são tão essenciais quanto os conteúdos curriculares. Fortalecer a convivência, portanto, não é apenas prevenir a violência: é garantir que todas e todos tenham direito a uma experiência educativa humanizadora, inclusiva e transformadora.

Pensar a convivência escolar a partir de estratégias não punitivas implica romper com uma lógica tradicional que ainda predomina em muitas escolas: a de responsabilizar exclusivamente os estudantes — sobretudo os mais vulneráveis — por situações de conflito e violência. Essa abordagem, além de injusta, revela uma compreensão limitada do fenômeno da convivência, pois desconsidera a influência de fatores institucionais, comunitários e relacionais. A literatura recente reforça a necessidade de adotar práticas restaurativas, círculos de diálogo e formas coletivas de resolução de conflitos, reconhecendo que a construção de um ambiente escolar respeitoso e acolhedor exige o envolvimento de toda a comunidade educativa.

Há que ter atenção que as iniciativas em nome da convivência escolar não sejam apenas subordinadas ao cumprimento de metas administrativas. Muitas vezes, os programas são concebidos como respostas formais às exigências de rendimento, clima escolar ou redução de indicadores de violência, sem uma escuta real das demandas pedagógicas e sociais dos sujeitos escolares. Para superar essa limitação, é necessário reconectar as ações de convivência com os processos educativos em sentido pleno, compreendendo que a qualidade da convivência influencia diretamente o sentido de pertencimento, o bem-estar subjetivo e o engajamento dos estudantes na aprendizagem.

Outro aspecto crucial é o risco de estigmatização que recai frequentemente sobre determinados grupos escolares. Crianças negras, indígenas, estudantes com deficiência, periféricos ou com trajetórias escolares marcadas por rupturas tendem a ser alvo das intervenções mais repressivas ou controladoras. Questionar os efeitos das práticas disciplinares e avaliar criticamente quem são os sujeitos rotineiramente punidos ou excluídos é um passo ético e político para repensar a justiça dentro da escola. Em vez de reforçar desigualdades, as ações voltadas à convivência devem promover o reconhecimento da diversidade e a inclusão como princípios estruturantes da vida coletiva.

Esse conjunto de preocupações encontra respaldo no ODS 4 da Agenda 2030 da ONU, que visa “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. A meta 4.a, em especial, recomenda a construção de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes. Assim, ao investir na convivência escolar como um eixo formativo e ético, as escolas contribuem não apenas para prevenir a violência, mas também para garantir o direito à educação em sua integralidade, como espaço de dignidade, cidadania e bem viver.

REFERÊNCIAS

- Acebedo Roncancio, M. C., Hernández Prada, A. M., Muñoz Chitiva, M. A., & Jaimes Gualdrón, D. (2025). Talleres didácticos como estrategia para promover la equidad de género y los derechos sexuales y reproductivos en estudiantes de Primaria: Caso Escuela Reynaldo Orduz Arenas (Bucaramanga, Santander, Colombia). *Espacios*, 46(1), 33–41. <https://doi.org/10.48082/espacios-a25v46n01p03>
- Acevedo, V., Gutiérrez, J., Huneeus, M., & Puga, M. (2021). Recreo en casa. Aprender a convivir a través del juego. *Sinéctica*, (57), e1273. Epub 21 de febrero de 2022. [https://doi.org/10.31391/s2007-7033\(2021\)0057-015](https://doi.org/10.31391/s2007-7033(2021)0057-015)
- Andrades-Moya, J. I. (2020). Convivencia escolar en Latinoamérica: Una revisión bibliográfica. *Revista Educación*, 44(1), 1–20. <https://doi.org/10.15517/revedu.v44i1.38586>
- Andrades-Moya, J. I., Castrillón-Correa, E. M., Pérez-Álvarez, E. O., & Philominraj, A. (2020). Family(ies) in studies about school coexistence in Chile: A systematic review. *Journal of Education and Learning (EduLearn)*, 14(3), 424–433. <https://doi.org/10.11591/edulearn.v14i3.16582>
- Andrades-Moya, J. I., Vidal Espinoza, R., Gómez Campos, R., Pérez-Álvarez, E., & Cossio-Bolaños, M. (2023). Revisión sistemática sobre los instrumentos de medición de la convivencia escolar utilizados en Latinoamérica. *Perspectiva Educacional*, 62(4), 1–20. <https://doi.org/10.4151/07189729-vol62-issue4-fulltext-135>
- Arksey, H., & O'Malley, L. (2005). Scoping studies: Towards a methodological framework. *International Journal of Social Research Methodology*, 8(1), 19–32. <https://doi.org/10.1080/1364557032000119616>
- Ascorra, P., Bilbao, M., Morales, M., Villalobos, B., Carrasco, C., Ayala, A., & López, V. (2020). Autopercepción de la gestión de la convivencia escolar en sostenedores públicos chilenos. *Psicoperspectivas*, 19(1), 60–72. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol19-issue1-fulltext-1827>
- Ascorra, P., Cárdenas Mancilla, K., & Torres Vallejos, J. (2021). Niveles de Progresión de Gestión de la Convivencia Escolar a Nivel Intermedio en Chile. *Revista Internacional De Educación Para La Justicia Social*, 10(1), 227–243. <https://doi.org/10.15366/riejs2021.10.1.014>
- Ascorra, P., López, V., Carrasco-Aguilar, C., Pizarro, I., Cuadros, O., & Núñez, C. G. (2018). *Significados atribuidos a la convivencia escolar por equipos directivos, docentes y otros profesionales de escuelas chilenas*. *Psykhé*, 27(1), 1–12. <https://doi.org/10.7764/psykhe.27.1.1214>
- Caicedo Vega, J. L., Sornoza Vera, K. M., & Zumbado Fernández, H. M. (2024). Habilidades sociales y convivencia escolar en niños de educación inicial. *Conrado*, 20(96), 206–215. http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1990-86442024000100206
- Carrasco-Aguilar, C., & Luzón Trujillo, A. (2019). *Respeto docente y convivencia escolar: significados y estrategias en escuelas chilenas*. *Psicoperspectivas*, 18(1), 1–11. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue1-fulltext-1494>
- Cedeño Navarro, M. Á. (2020). Experiencias educativas de jóvenes mixtecos de familias de jornaleros agrícolas migrantes: Estudio fenomenológico del derecho a la educación. *Revista Latinoamericana de Estudios Educativos*, 50(1), 143–194. <http://ri.iberomx.org/handle/iberomx/5017>

Cohen, J., McCabe, E. M., Michelli, N. M., & Pickeral, T. (2009). School climate: Research, policy, practice, and teacher education. *Teachers College Record*, 111(1), 180–213.

<https://doi.org/10.1177/01614681091110010>

Couzin-Frankel, J., Vogel, G., & Weiland, M. (2020). Not open and shut. *Science* (New York, N.Y.), 369(6501), 241–245. <https://doi.org/10.1126/sci-ence.369.6501.241>

Egúsquiza Loayza, R. E., Quispe Ochoa, M. P., & Tineo Quispe, L. E. (2025). Desafíos y roles emergentes del personal docente de escuelas amazónicas en la fase post pandemia. *Revista de Investigación en Educación*, 23(1), 279–298. <https://doi.org/10.35869/reined.v23i1.6121>

Encina, Y., Berger, C. & Miranda, D. (2023). Authoritative school climate as a context for civic socialization. *International Journal of Educational Development*, 98, artículo 102752.

<https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2023.102752>

Fierro-Evans, C., & Carbajal-Padilla, P. (2019). Convivencia escolar: Una revisión del concepto. *Psicoperspectivas*, 18(1), 1–14. <https://doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue1-fulltext-1486>

Franco, K., Baumler, E., Torres, E., Lu, Y., Wood, L., & Temple, J. (2022). The link between school climate and mental health among an ethnically diverse sample of middle school youth. *Current Psychology*, 1–11. <https://doi.org/10.1007/s12144-022-03016-y>

Fuentes-Parrales, J. E., Moreno-Cevallos, A. J., & Zavala-Hoppe, A. N. (2024). *Estrategias de apoyo psicológico y emocional para promover el bienestar y el rendimiento académico de los jóvenes después de la pandemia de COVID-19*. *MQRInvestigar*, 8(1), 1807–1821. <https://doi.org/10.56048/MQR20225.8.1.2024.1807-1821>

Gelpi, G. I. (2021). Convivencia escolar y estudiantes LGBT+ en enseñanza media: Un escenario de exclusión incluyente en Uruguay. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, 29(146).

<https://doi.org/10.14507/epaa.29.6115>

Gómez Hernández, P., Fernández Pacheco, M. A., Martínez Marín, M. J., & Sampedro Requena, B. (2022). Aprendizaje cooperativo con teléfonos móviles en un contexto de vulnerabilidad: Resultados en la convivencia. *Revista Electrónica de Investigación Educativa (REDIE)*, 24, e17.

<https://doi.org/10.24320/redie.2022.24.e17.4924>

Gómez-Gloria, J., & Chaparro Caso-López, A. A. (2021). *La convivencia en el contexto de pandemia: experiencia de docentes de secundaria*. *Sinéctica*, (57), 1–21.

<https://sinectica.iteso.mx/index.php/SINECTICA/article/view/1276>

Gregory, A., & Cornell, D. (2009). “Tolerating” adolescent needs: Moving beyond zero tolerance policies in high school. *Theory Into Practice*, 48(2), 106–113.

<https://doi.org/10.1080/00405840902776327>

Ingram, Marlita. *Perceptions of High School Leaders and Teachers Who Experienced Charter School Expansion in an Urban School District* (2023). Dissertation (PhD in Higher Education Leadership) – Concordia University, Chicago, River Forest, Illinois, 2023.

Lara-Esqueda, A., Cejas-Leyva, L. M., Herrera-Vargas, I. V., & Lara-Basulto, A. D. (2021). Mental health and school life in Durango: Parents' perspective. *Journal Practical Didactics*, 5(14), 19–31.

- Lau, C., Wong, M., & Dudovitz, R. (2017). School disciplinary style and adolescent health. *The Journal of Adolescent Health*, 62(2), 136–142. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2017.08.011>
- Levac, D., Colquhoun, H., & O'Brien, K. K. (2010). Scoping studies: Advancing the methodology. *Implementation Science*, 5(1), 69. <https://doi.org/10.1186/1748-5908-5-69>
- Leyton-Leyton, I. (2020). Convivência escolar na América Latina: uma revisão de literatura latino-americana (2007–2017). *Revista Colombiana de Educación*, 1(80), 287–315. <https://doi.org/10.17227/rce.num80-8922>
- Litichever, Lucía, & Fridman, Denise Laura. (2021). Convivencia escolar antes y durante la pandemia. Análisis de la experiencia escolar y las prácticas de participación desde las voces del estudiantado. *Sinéctica*, (57), e1248. Epub 13 de diciembre de 2021. [https://doi.org/10.31391/s2007-7033\(2021\)0057-010](https://doi.org/10.31391/s2007-7033(2021)0057-010)
- López, V., Álvarez, J. P., Morales, M., & Rosales, C. (2022). Retorno presencial a clases: Recomendaciones para la promoción del bienestar socioemocional y la prevención de la violencia escolar. *Propuestas para Políticas Inclusivas: Centro de Investigación para la Educación Inclusiva*.
- López, V., Valdés, R., Ríos-Carrasco del Valle, L., & Baleriola, E. (2023). Traducciones heterogéneas de la(s) política(s) de convivencia escolar en Chile. *Revista Brasileira de Educação*, 28. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782023280058>
- Martínez-Líbano, J., & Yeomans-Cabrera, M. M. (2024). Depression, anxiety, and stress in the Chilean educational system: Children and adolescents post-pandemic prevalence and variables. *Frontiers in Education*, 9(October), 1–18. <https://doi.org/10.3389/feduc.2024.1407021>
- Morales, M., & López, V. (2019). *Políticas de convivencia escolar en América Latina: Cuatro perspectivas de comprensión y acción*. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, 27(5). <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.27.3800>
- Muñoz-Troncoso, F., Cuadrado-Gordillo, I., Riquelme-Mella, E., Muñoz-Troncoso, G., Miranda-Zapata, E., Bizama-Colihuínca, K., & Legaz-Vladímirskaya, E. (2023). Validation of an Abbreviated Scale of the CENVI Questionnaire to Evaluate the Perception of School Violence and Coexistence Management of Chilean Students: Differences between Pandemic and Post-Pandemic. *Behavioral Sciences*, 13(8), 686. <https://doi.org/10.3390/bs13080686>
- Ocupa-Cabrera, H. G., Meneses-La-Riva, M. E., Fernández-Bedoya, V. H., & Suyo-Vega, J. A. (2023). *Bullying and school coexistence in the return to class of primary school students after the COVID-19 pandemic: Evidence collected in Peru*. *Academic Journal of Interdisciplinary Studies*, 12(6), 125–134. <https://doi.org/10.36941/ajis-2023-0038>
- Orrego Tapia, V. (2022). Educación remota y salud mental docente en tiempos de COVID-19. *Revista de Estudios y Experiencias en Educación*, 21(45), 12–29. <https://doi.org/10.21703/0718-5162.v21.n45.2022.001>
- Pedrerros-Carrasco, Constanza; Aracena-Alvarez, Marcela. Praxis y herramientas del psicólogo/a en equipos psicosociales y visita domiciliaria escolar: Nuevos desafíos en educación. *Estud. pedagóg.*, Valdivia, v. 47, n. 2, p. 117-136, 2021. Disponible en

<http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-07052021000200117&lng=es&nrm=iso>.

Reyes Jaimes, G. R., & Velázquez Reyes, L. M. (2022). Planeando la convivencia escolar desde la perspectiva del cuidado y el reconocimiento. *Revista Latinoamericana de Estudios Educativos*, 52(2), 327–356. <https://doi.org/10.48102/rlee.2022.52.2.485>

Rodino, A. M. (2013). Safety and peaceful coexistence policies in Latin American schools: Human rights perspective. *Sociología, Problemas e Práticas*, 71, 61–80. <https://doi.org/10.7458/SPP2013712331>

Rodríguez-Aguilar Jessica Sabrina, Espericueta-Medina, Marta Nieves, Sánchez-Rivera Lilia and Villareal-Soto, Blanca Margarita. School environments and educational performance: Challenges and opportunities in Secondary Education. *Journal Practical Didactics*. 8[19]1-7: e5819107. <https://doi.org/10.35429/JPD.2024.8.19.5.1.7>

Rojas-Andrade R, Lopez Leiva V, Varela JJ, Soto García P, Álvarez JP and Ramirez MT (2024) Feasibility, acceptability, and appropriability of a national whole-school program for reducing school violence and improving school coexistence. *Front. Psychol.* 15:1395990. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2024.1395990>

Salas-Romano, N., & Alcaide-Risoto, M. (2022). Convivência escolar e competências socioemocionais em alunos da primeira infância. *Revista Eletrônica de Pesquisa em Psicologia Educacional*, 20(3), 591–612.

Salas, G., Santander, P., Precht, A., Scholten, H., Moretti, R., & López-López, W. (2020). COVID-19: impacto psicosocial en la escuela en Chile. Desigualdades y desafíos para Latinoamérica. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 38(2), 4-20. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.9404>

Serey, D., & Zúñiga, P. . (2020). School coexistence post COVID 19: A didactic proposal from the educational coaching. *IJERI: International Journal of Educational Research and Innovation*, (15), 143–161. <https://doi.org/10.46661/ijeri.5005>

Silva Chanta, T. S., Camacho Huapaya, R. M., & Casas Miranda, R. J. M. (2023). El perdón en la convivencia escolar. Horizontes. *Revista de Investigación en Ciencias de la Educación*, 7(30), 1863–1876. <https://doi.org/10.33996/revistahorizontes.v7i30.635>

Superintendencia de Educación. (2024). Estadísticas de denuncias por maltrato escolar 2024. Boletín interno.

Tricco, A. C., Lillie, E., Zarin, W., O'Brien, K. K., Colquhoun, H., Levac, D., Moher, D., Peters, M. D. J., Horsley, T., Weeks, L., Hempel, S., Ak I, Chang, C., McGowan, J., Stewart, L., Hartling, L., Aldcroft, A., Wilson, M. G., Garritty, C., ... Straus, S. E. (2018). PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): Checklist and explanation. *Annals of Internal Medicine*, 169(7), 467–473. <https://doi.org/10.7326/M18-0850>

UNESCO. (2024). *La urgencia de la recuperación educativa en América Latina y el Caribe*. Oficina Regional Multisectorial de la UNESCO en Santiago. <https://www.unesco.org/es/articulos/efectos-de-la-pandemia-en-la-educacion-de-america-latina-y-el-caribe-perduraran-por-muchos-anos-urge>

Vallejos Silva, N., & Cortés Rojas, C. (2023). El cuidado en las voces del profesorado: significados y prácticas durante la pandemia de Covid-19. *Revista Enfoques Educativos*, 20(2), pp. 48–66. <https://doi.org/10.5354/2735-7279.2023.71372>

Wang, M. T., & Degol, J. L. (2016). School climate: A review of the construct, measurement, and impact on student outcomes. *Educational Psychology Review*, 28(2), 315–352. <https://doi.org/10.1007/s10648-015-9319-1>

Yañez Sepulveda, R. A., Castillo-Catalán, R., Castro-Figueroa, F., Silva-Minetto, C., Cortés-Roco, G., Hurtado-Almonacid, J., ... Zavala Crichton, J. P. (2024). Tiempo en pantalla, tiempo sedentario y clima escolar en tiempo de pandemia en estudiantes entre 11 y 14 años de la región de Valparaíso, Chile. *Retos*, 53, 367–373. <https://doi.org/10.47197/retos.v53.101316>

Zych, I. (2022). Convivencia escolar desde el marco de la psicología evolutiva y de la educación. *Revista CES Psicología*, 15(3), 202–224. <https://doi.org/10.21615/cesp.5465>

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS (TODOS OS DADOS USADOS JÁ FORAM IDENTIFICADOS NO TEXTO).

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA (especificar cada contribuição, de acordo com as normas da revista: CRediT (Contributor Roles Taxonomy) que é mantido pelo Consortia for Advancing Standards in Research Administration Information (CASRAI) Exemplos abaixo: <https://credit.niso.org/contributor-roles-defined/>

Luiz Paulo Ribeiro – coordenador do projeto, participação ativa na análise dos dados e revisão da escrita final.

Rodrigo Miguel Rojas-Andrade – coordenador do projeto, supervisão do texto, conceitualização e escrita do texto.

Mariana Santos – coleta, análise dos dados e escrita do texto.

Henriqueta Regina Pereira Couto – coleta, análise dos dados e escrita do texto.

Yonatan Encina - supervisão do texto

Samuel Aranguren Zurita - supervisão do texto,

Emilio J. Barra-Rojas - supervisão do texto

Gabriel Prosser Bravo - supervisão do texto

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.